

DESDE 1988
AO LADO DOS
TRABALHADORES

Plebiscito Popular
ouve a população a
partir de julho
Página 3



Assembleias Regionais
são realizadas nessa
semana na Celesc
Página 3



ABIN PARALELA

PF afirma que Bolsonaro vigiou sindicalistas contrários à privatização da Eletrobras

DIRIGENTES SINDICAIS TIVERAM ACESSO AO RELATÓRIO FINAL DO INQUÉRITO DA POLÍCIA FEDERAL QUE INVESTIGA A ABIN PARALELA

Dirigentes da Intersul tiveram acesso ao Relatório Final do Inquérito da Polícia Federal (PF), que trata do **monitoramento ilegal** de trabalhadores e dirigentes sindicais contrários à privatização da Eletrobras pela ABIN Paralela, durante a gestão do ex-Presidente Jair Bolsonaro (PL). A PF qualificou a iniciativa da ABIN Paralela como ação de **"organização criminosa"**. O Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, retirou o sigilo da investigação em junho.

De acordo com o Relatório, o próprio Bolsonaro teria dado ordem a Alexandre Ramagem (então presidente da ABIN) para espionar os diretores Edvaldo Rizzo (Eletronuclear) e Pedro Brito (Furnas), além dos servidores Felipe Araújo, Leonardo Pessoa, Victor Costa e Caio Brasil Neto, todos ligados a Furnas, que hoje faz parte do sistema Eletrobras.

De acordo com os investigadores da PF, os nomes foram incluídos em relatórios internos da agência paralela, nos quais eram identificados como opositores à política de privatização e descritos em tom pejorativo.

Felipe Araújo, um dos vigiados, engenheiro de Furnas, é diretor de negociações do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (SENGE-RJ) e membro do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE). Ele reforça que os nomes citados pela ABIN Paralela não tinham um milionésimo da capacidade econômica e da máquina que os interessados na venda da Eletrobras tinham: "Eles tinham a empresa e o governo na mão e, ainda, a Agência Brasileira de Inteligência espionando a gente. E nós, mesmo assim, trabalhadores e trabalhadoras organizados, sob ataque constante por quase uma década, conseguimos equiparar nossa força, e quase conseguimos impedir a entrega desse patrimônio. O que nós somos capazes de fazer, enquanto trabalhadores e trabalhadoras organizadas nacionalmente, em sindicatos, não conseguimos fazer pelo nosso país?", questiona.

O engenheiro reforça a necessidade cada vez maior do sindicalismo caminhar à esquerda afim de dar uma solução para a sociedade brasileira e aproximá-la de uma democracia cada vez mais popular e não liberal que já se exauriu em relação à possibilidade da resposta às necessidades da população.

"Os trabalhadores precisam enxergar a força da organização sindical. A gente ainda estava numa situação de um golpe ainda que não tinha sido instituído, mas já estava acontecendo. Você imagina se continuassem no poder por mais quatro anos? O que eles não fariam? Talvez não teríamos essa con-

versa hoje. É algo perturbador", diz Felipe.

Segundo ele, a informação da vigilância da ABIN Paralela pegou a todos de surpresa: "É claro que a gente sabia que estava fazendo um trabalho com bastante dedicação, um trabalho militante que estava incomodando a empresa. Agora, imaginar que a gente estava a ponto de ser investigado pela ABIN, ainda que de forma clandestina como foi feita, aparentemente pela estrutura interna do Bolsonaro, nunca nos passou pela cabeça", declara.

Outro vigiado pela ABIN Paralela, Victor Costa, diretor da Associação dos Empregados de Furnas e diretor de comunicação do Sindicato dos Eletricitários do Rio de Janeiro (Sinergia-RJ) e membro da coordenação de comunicação do CNE, diz que foram pegos de surpresa pela forma nada democrática do governo Bolsonaro em lidar com a oposição a seus interesses: "Em um estado democrático de direito é normal a gente ter opiniões diferentes. Eu posso ser contrário à privatização da Eletrobras e o governo a favor. Não tem nada demais nisso. Por isso que a espionagem nos causou grande surpresa, desapontamento e revolta", diz Victor.

Ele reforça que, se Bolsonaro tivesse sido reeleito à presidência, provavelmente poderia tentar perseguir pessoas que foram resistência às iniciativas do governo dele, inclusive a da privatização da Eletrobras: "Agora, você imagina se os casos que culminaram no ato de 8 de janeiro tivessem sido frutíferos num golpe de Estado no Brasil, como estava nos planos deles, inclusive, o de matarem o presidente da República, o vice e o ministro Alexandre de Moraes, segundo a imprensa. Você imagina o que que iria acontecer com as pessoas que eram colocadas nessa lista da ABIN, né?"

Procura por justiça

Victor diz que os dirigentes sindicais já contataram seus

departamentos jurídicos, para que busquem justiça e reparação, para que uma possível ação não seja desconectada entre os citados. A forma que eles irão atuar ainda não sabe, pois é preciso que se tenha mais informações: "A gente não pode normalizar uma ilegalidade dentro de um Estado democrático de direito. Eu já disse isso e vou repetir sempre, é preciso ter indignação sempre que há descumprimento de lei, e num caso desse, de invasão de privacidade, é muito grave. Isso não pode ser normalizado. Então é por isso que eu digo que a gente vai fazer tudo que tiver que ser feito pra que isso, que a gente tenha justiça e reparação", diz.

"Agradeço a todas as entidades que estão se manifestando em solidariedade e apoio, a mim e aos meus companheiros que tiveram a vida devassada pelo desgoverno anterior e dizer que a gente vai seguir firme e que temos certeza de estarmos do lado certo da história e que não vamos recuar por conta desse tipo de tentativa de intimidação ou constrangimento", diz Victor.

A venda da Eletrobras, um atentado à soberania nacional

O engenheiro de Furnas Felipe Araújo lembra que os interesses pela privatização da Eletrobras eram muito grandes em relação à entrega desse patrimônio e não eram só econômicos, mas estratégicos também. A Eletrobras foi vendida em 2022 por R\$ 40 bilhões abaixo do preço do mercado, e ainda retirou do governo federal o poder de veto nas decisões do Conselho da empresa, apesar de manter a maioria das ações (43%). Essa decisão não foi revertida.

"O governo Bolsonaro entregou boa parte da soberania energética do país, vendendo a Eletrobras para o setor privado com influência direta e indireta, de interesses internacionais muito grandes em relação a esse patrimônio", conta Felipe.

Para Victor Costa, a questão principal é a de que o governo Bolsonaro queria passar a privatização dentro daquele "pacote da boiada".

"Os riscos da privatização, os efeitos, incomodaram. É a única lógica que eu entendo, porque a gente não fez nada secreto, tudo que foi feito era um posicionamento público, aberto em audiências públicas, indo à imprensa, mobilizando dentro da sociedade. Então, só vejo que o que incomodou foi o fato de eles quererem fazer tudo de forma rápida, silenciosa e a gente trouxe alguns obstáculos", conclui Victor.

Com informações de Rosely Rocha/CUT Nacional



Intercel participa de reunião com Diretoria Comercial

Tema da reunião foi sobre o andamento do sistema Conecte



Dirigentes dos sindicatos da Intercel participaram na última quinta-feira, 26 de junho, de uma reunião com a Diretoria Comercial. O objetivo do encontro era compreender como está a situação atual do sistema Conecte e se os cortes de energia anunciados para as próximas semanas não afetarão sobremaneira nas filas no atendimento comercial em todo o estado.

De acordo com o Diretor Comercial, Vitor Lopes Guimarães, boa parte dos “bugs” do sistema estão sendo corrigidos e os novos profissionais que estão sendo contratados pela empresa auxiliarão na resolução de problemas de backoffice ainda pendentes.

Sobre os cortes de energia, Vitor explicou que eles não estão sendo feitos em grande número, mas que estão ocorrendo de forma paulatina, ou seja, aos

poucos, sob gestão das chefias das Regionais, de modo que uma grande quantidade de consumidores não tenha necessidade de ir para a loja ao mesmo tempo para resolver suas pendências - formando ainda mais filas nos postos da Celesc pelo estado.

Os sindicatos também relataram que a vinda de atendentes comerciais de municípios menores para grandes centros ajudou na redução das filas em muitas lojas, nas últimas semanas. Vitor disse que continua aberta a possibilidade da vinda desses trabalhadores para onde houver necessidade, devendo apenas haver um acordo entre as chefias - para não descobrir nenhum município - e o aceite do empregado.

A Intercel também falou do pedido de atendentes comerciais sobre a necessidade de respostas mais rápidas das reclamações de faturamento em diversas regiões do estado. Vitor explicou que, com a contratação de novos assistentes administrativos nas últimas semanas para a DCL, o objetivo é tentar acelerar esse processo para aliviar a quantidade de clientes nas lojas nos próximos meses.

A Intercel segue monitorando a situação em todo o estado e dialogando com o Ministério Público do Trabalho sobre o adocimento na empresa por conta das mudanças de sistemas.

Loja na Grande Florianópolis e escadaria na Administração Central preocupam categoria

Em reunião da Comissão de Recursos Humanos (CRH), em junho, a Intercel cobrou **mais uma vez** da direção da Celesc a reforma da loja de atendimento de Angelina, na Grande Florianópolis. O pedido já havia sido feito em reuniões no início do ano passado à Diretoria de Gestão Corporativa e à administração da Agência Regional Florianópolis. Além de problemas na fossa, a loja também apresenta, **há pelo menos quatro anos**, os pisos de taco soltos, com buracos. Os próprios trabalhadores tentaram fazer remendos no piso para evitar quedas ou acidentes de empregados e de clientes no espaço. Tanto a Diretoria de Gestão como a gerência da ARFLO estão cientes do problema há quase um ano e meio, sem previsão de solução até o momento. A categoria espera que a solução ao problema seja rápida e eficiente. Como explicar aumentos de gratificações de chefias desproporcionais e trocas de móveis constantes de um lado e falta de dinheiro (?) para trocar o piso ou arrumar definitivamente a fossa, numa mesma empresa? Será que a Diretoria aguarda que um acidente com um trabalhador ou com um cliente ocorra para, finalmente, tomar providências?



Foto de 2021 prova que o problema em Angelina é antigo

O Sinergia também enviou e-mail ao DPAD e DPSS, em meados de maio, pedindo reparos na **escadaria que liga o estacionamento da Administração Central (piso SS) para o novo Centro de Treinamento** no pátio do terreno do Itacorubi. De acordo com empregados que procuraram o Linha Viva, os degraus da escadaria são muito curtos e inseguros. A categoria aguarda providências.



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

Fórum Catarinense de Defesa do Serviço Público se reúne em Brasília

De 8 a 9 de julho, dirigentes de sindicatos que compõem o Fórum Catarinense de Defesa do Serviço Público se reunirão em Brasília. O objetivo é dialogar com parlamentares sobre os prejuízos para a classe trabalhadora sobre a proposta de Reforma Administrativa (PEC 32/20). Para trabalhadores de empresas de economia mista ou empresas públicas, a PEC que tramita em Brasília pode trazer prejuízos significativos, se aprovada. Entre outras cláusulas que prejudicam a classe trabalhadora do serviço público, ela propõe vedar a estabilidade de emprego por meio de negociação coletiva ou ato normativo para empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista, equiparando-os aos trabalhadores da iniciativa privada. O Sinergia enviará um representante para fazer o debate com o Parlamento na Capital Federal.

Tribunal de Contas envia ofício sobre terceirizações às unidades jurisdicionadas do Estado e de municípios de SC

O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) encaminhou ofício às unidades jurisdicionadas do Estado e dos 295 municípios catarinenses, com orientações sobre a terceirização de atividades não essenciais, como limpeza, vigilância e recepção. No expediente, o presidente do TCE/SC, conselheiro Herneus João De Nadal, destaca que o Supremo Tribunal Federal considerou lícita a execução indireta de parcela das atividades da administração pública, quando representarem atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares às competências legais dos órgãos e das entidades públicas. Contudo, o conselheiro Herneus salientou que **permanece a regra matriz para o ingresso na Administração Pública mediante prévia aprovação em concurso público** para as funções próprias de cargos do quadro de pessoal, assim como a competência de auto-organização dos entes para a estruturação de seus respectivos quadros de pessoal.

Vereador Caê Martins visita Sinergia

O vereador de São José, Caê Martins (PT), visitou o Sinergia na semana passada. A visita de Caê tinha como objetivo estreitar laços do mandato com a categoria eletricitária e compreender melhor as demandas defendidas pelo sindicato. Dirigentes do Sinergia apresentaram números positivos que a Celesc apresentou nos últimos anos, como premiações na avaliação do consumidor, e explicaram a situação atual do atendimento comercial, já que São José é um dos municípios que vêm sendo mais afetados com a mudança do sistema Conecte desde o ano passado. Caê afirmou que levará as informações aos demais vereadores do município e tentará ajudar na aproximação da categoria eletricitária com o Parlamento josefense.



ACT CEREJ

O Sinergia ainda aguarda um retorno da Direção da CEREJ para a reunião de assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2025/2026. Assim que a reunião for agendada e o Acordo for assinado, o Sinergia dará publicidade ao encontro.

Acordo de Banco de Horas na CGT Eletrosul

O Acordo de Banco de Horas da CGTEletrosul foi prorrogado por mais 30 dias, enquanto as negociações continuam com o CNE.

O Brasil precisa mudar: participe do Plebiscito Popular 2025

Uma grande consulta nacional está aberta para ouvir o povo sobre trabalho, justiça e dignidade. Sua opinião conta!

Plebiscito popular é um instrumento de **consulta ao povo** para decidir sobre determinada matéria de relevância para a nação. Em 2025, movimentos populares, centrais sindicais, entidades de fé e outros atores políticos estão fazendo um plebiscito para ouvir a população brasileira sobre temas urgentes e pressionar por mudanças fundamentais. A participação na votação é voluntária e está sendo divulgada em diversos canais de comunicação.

De acordo com as entidades organizadoras do plebiscito, a ideia é buscar criar unidade e esperança em meio às atuais crises econômicas, políticas e institucionais: “A proposta visa discutir com a sociedade temas cruciais na vida cotidiana da classe trabalhadora”.

Em termos práticos, o plebiscito abordará duas questões principais de interesse dos trabalhadores: **a redução da jornada de trabalho sem redução salarial e o fim da escala 6x1; e a justiça tributária**, propondo que quem ganhe mais de R\$ 50 mil ao mês pague mais imposto, para que quem recebe até R\$ 5 mil seja isento do imposto de renda.

O calendário do plebiscito está dividido em três fases: a primeira, de Organização, foca na criação de comitês populares e coordenações estaduais; a segunda, de Votação Popular, ocorrerá de julho a setembro de 2025, com milhares de urnas e pontos de votação em todo o Brasil; e a terceira, de Entrega dos Resultados, prevê a apresentação dos resultados ao presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), ao Congresso Nacional e ao STF. A proposta de levar esses debates para todos os níveis da sociedade – bairros, escolas, locais de trabalho e periferias – é crucial para desconstruir a narrativa de ódio e construir um futuro mais justo e igualitário.

Por que participar?

De acordo com as entidades organizadoras, a participação é importante para pressionar por uma reforma tributária justa; para defender a qualidade de vida da população; e para construir um Brasil mais igualitário e democrático.

Você encontra mais informações em www.plebiscitopopular.org.br e [@plebiscitopopular](https://twitter.com/plebiscitopopular). Participe!



Categoria participa das Assembleias Regionais pelo estado

Próxima etapa será a Assembleia Estadual, marcada para o dia 2 de agosto, em Concórdia



A categoria eletricitária na Celesc participa nessa semana em todas as Agências Regionais e na Administração Central das Assembleias Regionais. Esse é um dos principais passos da construção coletiva da Pauta de Reivindicações do ACT 2025/2026, a ser negociado entre os sindicatos e a direção da Celesc.

Além de realizar as Assembleias nos municípios polo, sedes das Regionais, alguns sindicatos também promovem as Assembleias em municípios menores, facilitando, assim, a participação de um maior número de empregados: “Aqui na nossa região, nós estamos tentando chegar a um maior número de trabalhadores,

promovendo seis Assembleias em diferentes locais, dias e horários. Infelizmente sabemos que é impossível a participação de todos, em função de escalas de trabalho, férias, viagens a serviço, mas estamos tentando chegar a um número maior de colegas para que a Pauta reflita o desejo e os anseios da maioria dos celesquianos”, afirma Mário Jorge Maia, o Marinho, dirigente do Sinergia.

Nos próximos dias, a Intercel deverá se reunir para estudar as propostas de novas cláusulas e fazer a sistematização da Pré-Pauta, juntar propostas de cláusulas que são semelhantes e confeccionar a Pauta que será debatida na

Assembleia Estadual, em 2 de agosto, em Concórdia.

Na Assembleia Estadual, toda a Pauta de Reivindicações será lida, debatida e votada pelos presentes. Além disso, as cláusulas que são conflitantes entre si ou que têm propostas distintas de reajustes, também serão discutidas e votadas quais delas deverão compor a Pauta de Reivindicações definitiva.

É fundamental a sua participação nas Assembleias Regionais até essa sexta-feira, e, também, nos próximos passos da Campanha de data-base, como a Assembleia Estadual e demais movimentos convocados pelos sindicatos da Intercel.

NOTA DE REPÚDIO À RETIRADA DA LIBERAÇÃO SINDICAL DO PRESIDENTE DO SINTRAEJ

Os sindicatos que compõem a Intercel e a Intersul manifestam o seu repúdio na decisão arbitrária da Companhia Águas de Joinville (CAJ) em retirar a liberação sindical do presidente do SINTRAEJ (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Serviços de Águas e Esgotos Sanitários de Joinville), informada no dia 16 de junho.

Essa postura é um ataque à liberdade sindical e ao direito dos trabalhadores na livre organização, ainda mais feita contra uma entidade sindical que representa uma categoria que está sendo duramente atacada pela ameaça de terceirização, privatização e demissões arbitrárias. O ataque da CAJ contra o direito de liberação sindical é, também, um ataque ao direito de organização e à proteção garantidas pelas convenções 87, 98 e 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A liberação do posto de trabalho sem detrimimento do salário de dirigentes sindicais é um direito histórico do movimento operário mundial, fruto das lutas das mais diversas categorias.

Os sindicatos que compõem a Intercel e a Intersul se somam às diversas entidades locais, estaduais e nacionais que estão denunciando este ataque. Externamos nossa solidariedade ao SINTRAEJ e a todos e todas que trabalham na Companhia de Águas. Seguiremos em luta e na defesa da organização sindical e dos direitos da classe trabalhadora!

“De quantas formas Antonieta é lembrada?": Exposição celebra 124 anos de Antonieta de Barros

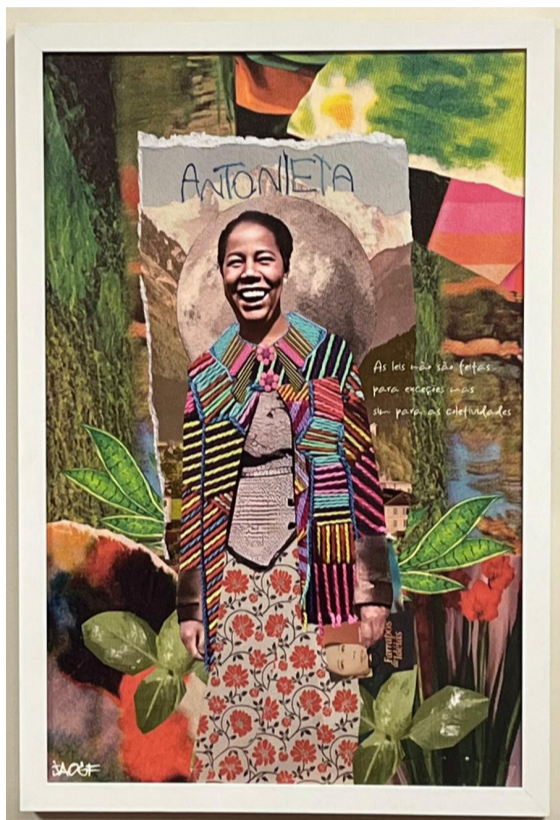


Foto: Reprodução da obra "Antonieta de Bilro", de João Gabriel Ferré

Em um convite à reflexão sobre a permanência de um legado que atravessa gerações, a Assembleia Legislativa anuncia a exposição “De Quantas Formas Antonieta é Lembrada?”. Celebrando os 124 anos de nascimento de Antonieta de Barros (1901-1952), a mostra será aberta em 1º de julho de 2025, às 18 horas, na Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho, localizada no hall do Palácio Barriga Verde.

A exposição, que permanecerá aberta ao público até o dia 17 de julho, das 7 às 19h, é uma iniciativa que reflete o compromisso da Alesc com a memória e a valorização de personalidades essenciais para a história de Santa Catarina e do Brasil. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PSD), por indicação do deputado Marcos José de Abreu - Marquito (PSOL), convida a todos para essa jornada de (re)conhecimento.

A trajetória de Antonieta de Barros na Alesc abriu as portas para as mulheres na política catarinense e para as mulheres negras na América Latina. Sob a curadoria da renomada biógrafa Jeruse Romão, a exposição tem como missão promover o (re) conhecimento de Antonieta, destacando como sua memória permanece viva em pessoas, movimentos, instituições e organizações até os dias atuais.

Professora, jornalista, escritora e política, Antonieta de Barros, mulher negra nascida apenas 13 anos após a abolição da escravatura, construiu

uma história inigualável no cenário político e cultural do Brasil. Sua trajetória, longe de ser esquecida, continua a ser revivida e, nesta edição da exposição, a curadoria sugere uma reunião simbólica de acervos.

Para evidenciar a força dos movimentos, resultado das sementes plantadas e a vitalidade do legado de Antonieta, a mostra foi cuidadosamente organizada para guiar os visitantes por uma jornada rica em fatos e simbolismos.

Serão apresentados documentos pessoais e institucionais, obras de arte de importantes nomes como Zumblick e Carlos Humberto Corrêa, além de uma vasta gama de produções culturais, acadêmicas e populares que perpetuam sua memória. O público terá contato com as homenagens formais recebidas por Antonieta, como as medalhas com seu nome, publicações que detalham sua biografia e impacto, e a atuação de movimentos sociais, como a Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros (AMAB), que mantém seu legado ativo.

A exposição também explorará a presença de Antonieta em diversas esferas culturais e urbanas – de documentários e sambas a nomes de ruas, escolas e prêmios – evidenciando como sua influência se expande para muito além do tempo e espaço. A cenografia promete uma experiência imersiva com imagens diversas e sons, inspirada na frase da própria Antonieta: “Não basta existir”. É preciso encher a vida do colorido do bem”.

A exposição “De Quantas Formas Antonieta é Lembrada?” é um convite para o público em geral – com foco especial para imprensa, movimento negro, movimentos de mulheres, movimentos culturais, da educação e escolas – a mergulhar no universo de Antonieta de Barros e compreender a dimensão de sua luta e o impacto duradouro de sua existência.

Serviço:

O quê: Exposição “De Quantas Formas Antonieta é Lembrada?”

Quando: De 1º a 17 de julho de 2025

Horário de abertura: 1º de julho, às 18h Horário de visitação: Das 7h às 19h

Onde: Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho, hall do Palácio Barriga Verde – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Endereço: Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310, Florianópolis - Palácio Barriga-Verde

Reprodução: Agência AL

Bruna Ferracioli promove oficina teatral gratuita em Florianópolis

Inscrições para o projeto teatral “Corpo Sonante e Vozes Oníricas” vão até 22 de julho

Estão abertas, de 1º a 22 de julho, as inscrições para a oficina teatral “Corpo Sonante e Vozes Oníricas”, com orientação da artista e pesquisadora Bruna Ferracioli. O link do formulário está disponível na bio do [@abrunaferracioli](#) e os selecionados serão divulgados a partir de 29 de julho na mesma conta do Instagram.

De acordo com Bruna, a iniciativa busca oferecer uma vivência cênica profunda e sensível, aliando prática teatral, com foco na investigação da voz, à composição cênica. “Esta oficina é um convite para escutar o corpo e deixar que a voz conduza caminhos poéticos a partir das histórias sonhadas. É um espaço para experimentar e criar”, compartilha Bruna.

A oficina gratuita, que contará com 20 vagas, será dividida em dois módulos: um voltado ao estudo vocal e corporal, e o outro à composição cênica e criação dramática inspirada em sonhos e imaginação poética.

Os encontros acontecem às terças-feiras, das 19h30 às 21h30, entre os dias 5 de agosto e 30 de setembro no espaço Casarinha, que fica no bairro Rio Tavares, em Florianópolis. No domingo, dia 5 de outubro, será realizada uma apresentação final aberta ao público, que contará com acessibilidade em Libras. Ao final, será publicado um vídeo memorial com trechos do processo no [youtube.com/@brunaferracioli](#).

Proposta executada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), com recursos do Governo Federal e da Política Nacional Aldir Blanc.

Bruna Ferracioli

Multiartista, pesquisadora da voz, produtora cultural e professora de teatro, é natural de Apucarana/PR. Licenciada em Teatro pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), atua



Foto: Juan Castro

como atriz, diretora, cantora e compositora, com participação em produções audiovisuais, peças teatrais e trabalhos autorais. Atua também na produção cultural de projetos incentivados por leis de fomento, em parceria com a produtora Luanda Wilk – Façamos! - com quem já produziu mais de 20 projetos com artistas e grupos da cena local, como Iva Giracca, Roger Corrêa, Moksha, Los Desterros, Joana Castanheira, Natacha Kamila. Além disso, é integrante do grupo Aljava de Forças, com o qual desenvolve pesquisa em atuação, voz e ação vocal, sob orientação de Carlos Simioni (LUME Teatro). Em 2025, teve a canção Brasil Tropicalis – uma coautoria com Eduardo Bassani – classificada no 55º Festival Nacional da Canção, em Minas Gerais. Em 2023, foi reconhecida com o Prêmio Mérito Cultural Paulo Gustavo de Santa Catarina e venceu na categoria Diretores de Videoclipe [Sul] no Prêmio Profissionais da Música. Em 2022, lançou o single Retratos Insólitos, 3º lugar no Festival da Canção Entre Rios (SC), com videoclipe eleito um dos melhores do ano pelo portal Rifferama. No mesmo ano, produziu e lançou o EP Desce do Posto com a Rede Pari Passu, com recursos da Lei Aldir Blanc de Santa Catarina.